



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2019 – CEL

Constitui objeto do presente PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS para eventual **Aquisição de Material de Consumo (Teste de Dosagem de Gravidez)**, conforme especificações contidas no Termo de referência Anexo I do Edital.

ANEXOS:

- I - Termo de Referência;
- II - Modelo de Proposta Comercial;
- III - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Propostas.
- IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- IV-A - Encarte I a Ata de Registro de Preços;
- IV-A- Encarte de Formação de Cadastro de Proposta de Preços
- V – Minuta do Contrato
- VI - Modelo de Declaração que cumpre os requisitos do Edital;
- VII – Modelo de Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- VIII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e Cumprimento do XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

ÍNDICE

<u>ITEM</u>	<u>ASSUNTO</u>
1	DO ÓRGÃO QUE AUTORIZA A LICITAÇÃO
2	DO OBJETO
3	DA ABERTURA, DIA, HORÁRIO E LOCAL.
4	DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO
5	DA PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS
6	DAS PESSOAS IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO
7	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
8	DA PROPOSTA DE PREÇOS
9	DAS ENTREGASE DO LOCAL DE RECEBIMENTO
10	DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
11	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12	DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES
13	DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO
14	DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
15	DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO
16	DOS RECURSOS
17	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18	DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
19	DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
20	DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS
21	DO CANCELAMENTO E DO REGISTRO DE PREÇOS DO PROPONENTE
22	DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
23	DO CONTRATO
24	DO PAGAMENTO
25	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
26	DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
27	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
28	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

29 DO FORO

A Prefeitura Municipal de Rio Branco, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, e seu pregoeiro (a) designado (a) pelo Decreto nº. 1.347 de 27 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 12.460 de 28 de dezembro de 2018, torna público, aos interessados que estará reunida **no dia 14 de março de 2019 às 08h:30mim (oito horas e trinta minutos)**, na sala de reunião do Departamento de Licitação da Prefeitura, situado à Rua Amazonas, 466 – Cerâmica, Altos da Galeria Real, nesta cidade, para realização de licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2019, tipo menor preço por item**, tudo de conformidade com a Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal Nº 769 de 07/11/2005, Decreto Municipal Nº 1.127/2014, Decreto do Municipal nº 717, de 20 de julho de 2015, publicado no DOE nº 11.603, de 23 de julho de 2015, que regulamenta o uso do Sistema de Registro de Preço, Lei Complementar 123/06 e demais legislação correlata, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital. O presente Edital poderá ser retirado diretamente no Departamento de Licitação do Município de Rio Branco de 08h00min às 17h00min, no período de **21/02/2019 a 13/03/2019**, no local acima indicado.

A presente licitação será destinada exclusivamente à participação da **microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I da Lei complementar 123/2006** e suas alterações posteriores. Para os itens destinados à participação exclusiva deverá haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no município de Rio Branco com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

O pregão será realizado pelo (a) Pregoeiro (a), **Jucilene Lopes Pessoa**, tendo como equipe de apoio um mínimo de 2 (dois) servidores, escolhidos entre os seguintes: Lourdes Caroline Bezerra de Queiroz, Kézia Honorato da Silva Moraes e Onedia Maria Oliveira Melo.

Na ausência ou impedimento do (a) Pregoeiro (a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO ÓRGÃO QUE AUTORIZA ESTA LICITAÇÃO

1.1. - Esta licitação foi regularmente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, conforme consta no processo administrativo Nº 015/2019.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS a Eventual **Aquisição de Material de Consumo (Teste de Dosagem de Gravidez)**, para

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificação contida no Termo de referência Anexo I do Edital.

3. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

3.1. A abertura dos envelopes relativos à proposta e à habilitação será efetuada no dia e local mencionado no preâmbulo deste Edital e obedecerá a seguinte forma:

3.1.1. Os envelopes contendo as propostas de preços e documentações de habilitação deverão ser entregues em envelopes separados e fechados com as **Declarações previstas nos anexos: III, VI e VII**, da forma de que trata o Edital. As declarações deverão vir separadas dos envelopes, conforme item 12.1 deste Edital.

3.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

3.3. Os envelopes proposta e documentação encaminhados ao Pregoeiro após a data e horário fixado no presente Edital, ainda fechados, ficarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada dos respectivos remetentes.

3.4. O Licitante que pretender obter esclarecimentos sobre este Edital e seus Anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio de carta, telegrama, E-mail ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 2 (dois) dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação. Solicitar consultas para o seguinte endereço: Rua Amazonas, 466 – Cerâmica, Rio Branco – Acre – Fone/Fax: (0**68) 3211-2220 ou E-mail: cpl@riobranco.ac.gov.br

4. DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

4.1. Os representantes legais deverão fazer seu credenciamento no ato da abertura da sessão pública deste PREGÃO, devendo identificar-se, exibindo Cédula de Identidade ou documento equivalente, para em seguida fazer a entrega dos envelopes, conforme subitens abaixo.

4.2. SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO: deverá apresentar o Estatuto ou Contrato Social que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.

4.3. PROCURADOR: o credenciamento deverá ser feito por meio de Instrumento Público ou Particular de Mandato (procuração), com firma reconhecida em cartório, outorgando

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

expressamente poderes para formular ofertas e lances de preços, emitirem declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar à sua interposição, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Licitante.

4.4. A procuração por instrumento particular deverá ser entregue juntamente com o Contrato Social ou com o Estatuto Social e a ata de eleição da Diretoria em exercício, para se estabelecer a competência da outorga.

4.5. A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento a que se refere este item 4, não excluirão o Licitante do certame, mas impedirão o seu representante de se manifestar e de responder pela empresa Licitante, de formular propostas e lances verbais, interpor recursos e de praticar qualquer outro ato inerente a este certame.

4.6. O representante legal ou procurador do Licitante poderá, a qualquer tempo, ser substituído por outro, desde que devidamente credenciado.

4.7. Ainda na fase de credenciamento, os representantes legais ou agentes credenciados deverão ainda, apresentar declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo VI do Edital.

4.7.1. Caso os representantes legais e/ou procuradores não tenham trazido a declaração acima poderão firmá-la, conforme modelo, até o momento de abertura dos envelopes de proposta de preços.

4.8. Para o licitante que for participar do processo licitatório através de remessa postal, deve apresentar esta Declaração em envelope separado, identificando-o da seguinte forma:

<p>ENVELOPE Nº 3 - <u>DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO</u> PREFEITURA DE RIO BRANCO COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2019 – CEL RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: CNPJ Nº FONE:</p>
--

4.9. Não será admitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procurador para mais de uma empresa licitante, desde que as empresas não estejam concorrendo entre si para os mesmos itens.

5. DA PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

5.1. Este pregão está aberto a todos os licitantes pertinente ao ramo de atividade do objeto desta licitação.

5.2. Será permitida a participação deste Pregão, através de remessa postal, observado a tempestividade da recepção dos documentos e as restrições previstas no item 4. DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO.

5.3. Os documentos relativos à proposta (Envelope nº.1) e à habilitação (Envelope nº. 2) serão apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente, ou por servidor da Administração Pública Municipal (Departamento de Licitações), ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

5.4. Os documentos de proposta e de habilitação deverão ser entregue sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas em envelopes devidamente fechados e identificados apropriadamente, nos termos deste edital.

5.5. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.6. Um licitante incluído todos os membros de uma associação, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta. Caso um licitante participe em mais de uma proposta, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pelo Pregoeiro, desde que as empresas estejam concorrendo entre si para os mesmos itens.

5.6.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6. DAS PESSOAS IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

6.1. Estará impedida de participar deste processo licitatório a pessoa que:

- a)** Esteja sob decretação de falência, dissolução ou liquidação;
- b)** Esteja com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal;
- c)** Tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal;
- d)** Tenha servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

- e) Contenha no seu **CONTRATO** ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste **PREGÃO**;
- f) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com objeto deste Pregão;
- g) Seja empresa ou instituição vinculada **ao Município de Rio Branco – Acre**.
- h) Constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis.
- i) Constar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/cnep.
- j) Constar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou suspensas, constante no portal da internet <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>
- K) Constar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, constante no portal da internet https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, cada Licitante entregará ao Pregoeiro e seus auxiliares, na sessão pública os seguintes documentos:

- a) Documentos relacionados no item anterior de Credenciamento e Representação, conforme situação individual de cada licitante;
- b) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme Anexo VI do Edital;
- c) Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte conforme Anexo VII do Edital;
- d) 1 (um) envelope contendo a proposta de preços (ENVELOPE Nº 1);
- e) 1 (um) envelope contendo os documentos de habilitação (ENVELOPE Nº 2).

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

7.2. Não será admitido o encaminhamento de propostas de preços ou documentação de habilitação via fax ou por outro meio eletrônico.

7.3. A entrega dos envelopes não conferirá aos Licitantes qualquer direito em face da licitação, observadas as prescrições da legislação específica.

7.4. Os envelopes deverão conter, em sua parte externa, a seguinte identificação:

ENVELOPE nº. 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA DE RIO BRANCO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2019-CEL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ Nº.
FONE:

ENVELOPE nº. 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA DE RIO BRANCO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2019-CEL
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ Nº.
FONE:

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº. 01)

8.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada preferencialmente em duas vias originais, ser grafada na moeda corrente nacional – em R\$ (reais), com até duas casas decimais após a vírgula, na língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ainda ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal do licitante proponente, contendo:

8.1.1. Nome ou razão social, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato e número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda;

8.1.2. Indicação do nome e número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverão ser efetivadas o crédito;

8.1.3. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas de todo o produto ofertado, incluindo (**MARCA**), entre outros

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

elementos que de forma inequívoca identifiquem que os produtos cotados atendem as especificações solicitadas, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venham a apresentar proposta que não atendam as exigências editalícias.

8.1.4. Preços unitário e total, conforme Modelo Carta Apresentação da Proposta – Anexo II, para todos os itens, em real, expressos em algarismo e preferencialmente por extenso, de forma clara e precisa limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

8.1.4.1. Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último.

8.1.4.2. Em caso de erro de transcrição das quantidades previstas no edital: o produto será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

8.1.4.3. Em caso de erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma;

8.1.4.4. Na hipótese de erro no preço unitário cotado não será admitida retificação.

8.1.4.5. Nas entradas de mercadorias, bens ou serviços destinados a pessoas físicas ou jurídicas, desde que não contribuintes do **ICMS** e desde que não tenha havido cobrança do imposto com alíquota interna do Estado de origem, adotar-se-á a aplicação de carga tributária correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual (§ 5º do Art. 96 do Decreto nº 008/98, nova redação dada **pelo Decreto nº 13.287/05**)

8.1.5. Os licitantes poderão cotar um ou mais objetos descritos no Termo de Referência - Anexo I, conforme modelo de proposta constante do Anexo II.

8.1.6. Declaração expressa de que nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, conforme Anexo II - Carta Apresentação da Proposta;

8.1.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os bens ser entregues sem ônus adicionais.

8.1.8. Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido prazo;

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

8.1.9. Garantia de que os produtos serão substituídos, sem ônus para a Administração, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;

8.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9. DAS ENTREGAS E DO LOCAL DE RECEBIMENTO

9.1. Os materiais deverão ser entregues no local e nos prazos e condições indicados no Anexo I – Termo de Referência.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. Será em conformidade com o previsto no Anexo I – Termo de Referência.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. - O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, de acordo com a minuta anexa a este Edital - na forma do Anexo IV e nas condições previstas neste Edital, com prazo máximo previsto no art. 4º do Decreto Municipal nº. 717/15.

11.2. - A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data da sua assinatura, prorrogável observando a vigência dos respectivos créditos orçamentários.

12. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

12.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação e as Declarações previstas nos anexos III, VI e VII, será pública e dirigida pelo Pregoeiro, na data horária e local e nos termos determinados neste Edital e os envelopes deverão ser entregues com declaração, exigida pelo inciso VII, parágrafo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, na parte exterior dos envelopes onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

12.2. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declaração dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

os requisitos de habilitação, em conformidade com o inciso VII do parágrafo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

12.3. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

13.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço para a entrega dos itens licitados no(s) local(s) indicado(s) no Termo de Referência - Anexo I.

13.2. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificarão o licitante autor da proposta de menor preço, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII do Art. 4º da Lei Federal 10.520/2002.

13.3. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso IX do Art. 4.º da mesma Lei Federal.

13.4. O empate entre dois ou mais licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

13.5. Aos licitantes classificados conforme o subitem 13.3 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

13.6. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores.

13.7. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

13.8. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o respectivo valor estimado para a aquisição dos produtos/serviços.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

13.9. Nas situações previstas nos subitens acima, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente detentor da melhor proposta para tentar obter preço melhor, sendo o critério para aceitabilidade, preços iguais ou inferiores ao estimado pelo órgão solicitante, caso positivo, declarará a proposta como classificada em 1º lugar.

13.9.1. Serão consideradas inaceitáveis e desclassificadas as propostas, cujos preços após a rodada de lances e/ou negociação ficarem superiores em relação aos valores estimados pelo órgão solicitante;

13.10. Ao final da etapa dos lances, selecionada a proposta classificada em primeiro lugar e serão identificadas as licitantes microempresa e empresa de pequeno porte, mediante apresentação da Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme previsto no anexo VII do Edital, para efeito da aplicação da Lei Complementar 123/2006, observado o seguinte procedimento:

13.10.1. Se a proposta classificada em primeiro lugar pertencer a microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP o Pregoeiro iniciará a fase de negociação direta do preço. Encerrada esta etapa, seguirá para fase de habilitação e adjudicação se for o caso;

13.10.2. Se a proposta classificada em primeiro lugar não pertencer a microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, o Pregoeiro aplicará o critério de empate da LC 123/2006 e considerará as propostas empatadas àquela classificada em primeiro lugar todas as que forem superiores em até 5% (cinco por cento), conforme o § 2º do art. 44 da LC 123/2006 e selecionará dentre estas a melhor proposta, desde que seja uma microempresa ou empresa de pequeno porte, que terá preferência na contratação. Mas condicionada a apresentar proposta com preço inferior àquela até então considerado a melhor proposta, no prazo de 3 minutos, sob pena de preclusão, na forma do inciso I e § 3º do art. 45 da mencionada lei;

13.10.3. Classificada a melhor proposta para o objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte, irá para fase de negociação do preço com o Pregoeiro. Concluída esta etapa seguirá para fase de habilitação;

13.10.4. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, será convocada a remanescente na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.11. Finalizada a etapa da opção do direito de preferência, o Pregoeiro negociará com o detentor da proposta classificada em 1º lugar na fase de lances e em seguida examinará quanto à aceitabilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, caso positivo, declarará a proposta como classificada em 1º lugar;

13.12. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante bem classificado.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

13.12.1. A apresentação de novas propostas na forma do item 13.12 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.13. **Não será admitida desistência de propostas escritas ou lances ofertados, sem uma devida justificativa, que poderá ser acatado ou não pelo pregoeiro. Caso o pregoeiro não acate a justificativa e o licitante mantiver a desistência, o mesmo estará sujeito às penalidades constantes no subitem – Sanções Administrativas deste Edital.**

13.14. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo Pregoeiro o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

13.15. Se a proposta vencedora não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

13.15.1. Se a proposta classificada pertencer a uma microempresa ou empresa de pequeno porte e cumprir os requisitos de habilitação do edital serão declarados vencedores. Se a documentação apresentada quanto a regularidade fiscal apresentar alguma restrição, será declarada vencedora e assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização, iniciando-se a contagem do prazo a partir deste momento, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Pregoeiro, desde que requerido tempestivamente pelo licitante.

13.15.1.1. Caso o licitante não regularize sua situação fiscal, o Pregoeiro fará a abertura do envelope da documentação do licitante da proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o licitante habilitado declarado vencedor.

13.15.1.2. Se a proposta classificada não pertencer a microempresa ou empresa de pequeno porte e cumprir os requisitos de habilitação do edital será declarada vencedora. Caso contrário, o Pregoeiro chamará o licitante da proposta classificada em segundo lugar, negociará o preço e em seguida procederá ao exame da habilitação, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, quando o licitante habilitado será declarado vencedor.

13.16. O Licitante declarado vencedor deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de **1 (um)** dia útil após o encerramento deste pregão, nova proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado, sob pena de decair do direito à contratação e incorrer nas penalidades previstas neste Edital;

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

13.17. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

13.18. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

13.19. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

13.19.1. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 2)

14.1 Para habilitarem-se nesta Licitação, o Licitante deverá cumprir todas as exigências deste item 14, salvo aquele que apresente o Certificado de Registro Cadastral do Departamento de Licitações do Município de Rio Branco, que será dispensado da apresentação dos documentos relacionados nos subitens: **14.3.1, 14.3.2 e 14.3.3**, desde que os prazos de validade dos documentos estejam vigentes. Para fazer jus a este benefício o licitante terá que apresentar no Envelope 2, o Certificado de Registro Cadastral - CRC, original ou cópia autenticada.

14.2. Para fins de habilitação, as empresas devem apresentar no Envelope nº 2 - "Documentos de Habilitação", a documentação elencada a seguir, dentro de seus respectivos prazos de validade, sendo assegurado o direito do licitante que deixar de apresentar algum documento, a apresentação do mesmo atualizado e regularizado na própria sessão do Pregão, desde que o documento esteja em seu poder no ato da licitação.

14.3. Para fins de habilitação, Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

14.3.1. Relativamente à situação jurídica:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

- c) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

14.3.2. Relativamente à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);
- b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a **Fazenda Federal** e a mesma **abrange inclusive as contribuições sociais** previstas nas alíneas “a” e “d” no parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991;
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- e) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **certidão negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo” Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.” (NR).

14.3.3. Relativamente à situação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial expedida pelo Distribuidor da Sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, **devidamente registrado na junta comercial.**

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

14.3.4. Qualificação Técnica

a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido ou estar fornecendo **satisfatoriamente** os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. O(s) documento(s) deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato com a(s) empresa(s) atestante(s). Podendo ser exigido em diligência da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato de fornecimento de materiais ou de prestação de serviço ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração.

b) ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

Obrigações dos participantes a serem analisadas durante a abertura do processo licitatório:

- I. Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa participante do processo licitatório;
- II. Comprovação da Autorização de Funcionamento de Empresa emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) da empresa participante do processo licitatório;
- III. Comprovação de existência de Responsável Técnico pela Empresa participante do processo licitatório emitida por Conselho de Classe competente;
- IV. Registro dos materiais na ANVISA, exceto se for dispensado pela ANVISA.

8.2 Obrigações dos participantes a serem analisadas após a abertura do processo licitatório:

I. O concorrente deverá apresentar prospecto devido do referido objeto no ato da apresentação da proposta.

II. Após a adjudicação pela Comissão Permanente de Licitação, os vencedores deverão no prazo máximo de 07(sete) dias apresentar amostra física do produto à equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde para análise de qualidade e validação técnica do item.

III. No mínimo 01 (uma) unidade do item licitado deverá ser entregue para realização da análise técnica;

IV. No ato da entrega da amostra o fornecedor assinará lauda técnica confirmando a entrega do produto para análise;

V. Em caso de reprovação do produto, será convocado para nova análise o próximo colocado no processo licitatório, até validação do produto licitado;

VI. Ao próximo colocado ficará resguardado período de 05 (cinco) dias úteis após o ato de convocação para entrega das amostras para análise;

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

VII. Em caso de não apresentação de amostra por parte da empresa ganhadora do processo licitatório, a mesma será automaticamente considerada inapta, com consequente desclassificação para o referido item, podendo a Administração aplicar aos licitantes multa administrativa no valor de 2% (dois por cento) do valor do item licitado, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

VIII. As marcas desclassificadas durante o processo de análise, não serão novamente aceitas, mesmo que sejam entregues por outro fornecedor;

IX. As amostras após análise não serão devolvidas ao fornecedor.

8.3 Especificações técnicas – O material médico-hospitalar deverá ser entregue em conformidade com as especificações do Edital e nota de empenho: condições de conservação, apresentação, inviolabilidade etc;

8.4 Embalagem – O material médico-hospitalar deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro de produto emitido pela ANVISA, se houver;

8.5 Rotulagens– Os material médico-hospitalar, nacionais ou importados, deve apresentar nos rótulos todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro de acordo com legislação sanitária vigente e nos termos do Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, entre outros;

O Prazo de validade do material médico-hospitalar deverá ser entregue com prazo equivalente a, no **mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade**, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o material, possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses;

14.4. Os licitantes deverão apresentar ainda:

14.4.3. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal através da Declaração assinada pelo representante legal da empresa, observado de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº. 9.854, de 27/10/99, bem como a Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei nº. 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo VIII do Edital.

14.4.4. O licitante quando for microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP para se habilitar aos benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 139/2011, deve apresentar sob sua inteira responsabilidade, declaração de que sua empresa está classificada nesse segmento, por ocasião de seu credenciamento, em face do critério dinâmico de aferição, conforme modelo constante no Anexo VII do Edital.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

14.4.5. Caso os representantes legais e/ou procuradores não tenham trazido a declaração acima poderão firmá-la, conforme modelo, até o momento de abertura dos envelopes de proposta de preços.

14.4.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

14.4.7. As certidões apresentadas com prazo de validade expirado acarretarão a inabilitação do Licitante. As certidões que não possuem prazo de validade somente serão aceitas se as datas de emissão não excederem a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

14.4.8. Sob pena de Inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) Se a licitante for **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**; ou.
- b) Se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- c) Serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

15. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

15.1. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil anterior à data para recebimento das propostas, no local acima indicado, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 1 (um) dia útil, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

15.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16. DOS RECURSOS

16.1. No final da sessão, depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.1.1. Na hipótese do licitante interpor recurso com razões distintas daquelas manifestadas na seção do pregão, este será automaticamente declinado não sendo levado em consideração pelo Pregoeiro.

16.2.A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;

16.3.O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4.A petição deverá ser feita na própria sessão de recebimento e por escrito.

16.5.Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto O licitante vencedora. Se, ao contrário, não houver interposição de recurso, caberá o Pregoeiro adjudicar incisos XX e XXI do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

16.6.Os recursos devem ser apresentados por escrito, de forma legível, assinados pelos representantes legais, ou procuradores com poderes específicos, devidamente constituídos na forma do item 4, deste Edital, dirigidos a autoridade competente do órgão licitante e, necessariamente entregues e protocolizados na Gerência de Licitações do Município de Rio Branco, situada na Rua Amazonas, 466 – Cerâmica – Altos da Galeria Real, Rio Branco - Acre.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1.Pelo atraso injustificado na execução do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado multa administrativa no valor de 0,3% (zero vírgula três décimos por cento), por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para o início da entrega do produto, até o limite de 6% (seis por cento), calculado sobre o valor montante do produto em atraso, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e da rescisão contratual, prevista no § 1º do art. 86, da Lei Federal nº. 8.666/93, precedidas de processo administrativo onde seja assegurada a ampla defesa e o contraditório;

17.2.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

a) Advertência;

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

- b)** Multa de até 2% (dois por cento) do valor do objeto do contrato;
- c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (Art. 7º da Lei 10.520/2002);
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso 4º do art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93.

17.3.As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a multa prevista na letra “b”, nos termos do § 2º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;

17.4.Para aplicação da sanção prevista na letra “d” será facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, nos termos do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;

17.5.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades estabelecidas no subitem 17.2, porém tal disposição não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei Federal nº. 8666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço;

17.6. Tendo ocorrido à hipótese do item supra, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93;

17.7. A Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 78, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 79, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93. além das sanções previstas no Termo de Referência ANEXO I do Edital.

18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da adjudicação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitar em fornecer o material pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

18.2. A Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA convocará formalmente os fornecedores, no dia útil seguinte à publicação da homologação do certame com antecedência de 3 (três) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

18.2.1. No ato da convocação será informado, também, o preço unitário que constará da Ata.

18.2.2. O prazo previsto no subitem **18.2** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão.

18.3. - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

19. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Poderá utilizar-se extraordinariamente da Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº. 8.666/93, no Decreto Municipal nº. 717/2015, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

19.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.3. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

20. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

20.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

20.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

20.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO PROPONENTE

21.1. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório, e ampla defesa, a pedido, quando:

21.1.1. Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

21.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

21.2. Por iniciativa da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA**, quando:

21.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

21.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

21.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

21.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

21.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

21.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

21.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

22. - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração automaticamente:

- 22.1.1. Por decurso de prazo de vigência;
- 22.1.2. - Quando não restarem fornecedores registrados.
- 22.1.3. Por exaurimento de todos os objetos registrados na ata.

23. DO CONTRATO

23.1.O contrato a ser firmado, na forma da Minuta do Contrato, anexo V do Edital.

23.2.A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor da Entidade de Licitação, designado como Representante da Administração, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas para fins de pagamento.

23.3.O licitante vencedor deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

23.4.O prazo previsto para a assinatura do CONTRATO poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor durante os respectivos transcursos, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão licitante;

23.5.Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

23.6.Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, Conforme Lei Federal 10.520, de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 769 de 07 de novembro de 2005, sem prejuízo as sanções administrativas previstas no capítulo 17 do edital.

23.7.O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

24. DO PAGAMENTO

24.1.O pagamento será efetuado conforme discriminação do Termo de Referência.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

24.2.O adjudicatário deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado e o Fabricante, além de mencionar o número da Licitação.

24.3.A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada com **05 (cinco) dias** úteis de antecedência para os procedimentos administrativos necessários à efetivação do pagamento. Não sendo aprovada pela Administração, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo;

24.4.Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

24.5.Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 40, alínea “a”, inciso XIV, da Lei nº 8.666/93, desde que comprovada a responsabilidade da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora serão calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} = I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

24.6.Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- I. A multa será descontada do valor total do respectivo contrato;
- II. Se o valor da multa for superior ao valor devido para entrega dos produtos, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

25. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

26.1.O registro Saúde – SEMSA e as empresas que apresentarem as propostas classificadas em primeiro lugar no presente certame e terá validade de **12 (meses)** meses, a partir da data de sua assinatura.

26.2.Durante o prazo de validade formalizado na ata a ser firmada entre a Secretaria Municipal de

26.3.do registro de preços o Município de Rio Branco não ficará obrigado a comprar os produtos objeto deste pregão exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

26.3.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

26.3.2. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

26.3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

26.3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

26.3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, promovendo a compra por outros meios licitatórios.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1.Os bens deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

27.2. Caso o licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

27.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

27.4. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

27.5. Em circunstâncias excepcionais, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações na proposta.

28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. Fica assegurado à Comissão, através de seu Pregoeiro o direito de:

28.1.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, notificando-se, por escrito, às Licitantes que já tenham retirado o Edital, com a antecedência de pelo menos **1 (um)** dia, antes da data inicialmente marcada;

28.1.2. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a **08 (oito)** dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações, desde que essas alterações impliquem na reformulação das propostas por parte dos licitantes.

28.2. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irretroatável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

28.3. É facultado o Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

28.4. A atuação do licitante vencedor perante o Pregoeiro, assim como na execução do Contrato, será registrada no Cadastro de Fornecedores da Entidade de Licitação e constará dos certificados e declarações solicitados.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019

28.5.A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de Licitação, reparando às suas custas os mesmos, durante a entrega dos bens ou dos serviços contratados, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

28.6.É vedada a subcontratação global ou parcial do objeto deste pregão.

28.7.Os envelopes de habilitação permanecerão fechados, em poder do Pregoeiro, até a assinatura do CONTRATO. Após a publicação do extrato do CONTRATO, os Licitantes terão o prazo de 5 (cinco) dias corridos para retirá-los na Gerência de Licitações do Município de Rio Branco, situada na Rua Amazonas, 466 – Cerâmica, Rio Branco, até às 17:00h. Decorrido este prazo, os documentos que não forem retirados serão inutilizados.

28.8.É facultada ao Pregoeiro a suspensão da abertura do processo por até **15 minutos** em interesse da competitividade.

29 DO FORO

28.9.O Foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça do Estado do Acre.

Rio Branco-Acre 20 de fevereiro de 2019.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL/PMRB

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação -
SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. LICITAÇÃO/MODALIDADE

1.1 Pregão por Registro de Preço.

2. REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Pelo regime de menor preço unitário por item.

3. OBJETO

3.1 Constitui-se objeto deste Termo de Referência a **Aquisição de Teste Dosagem de Gravidez**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde no município de Rio Branco – AC.

4. JUSTIFICATIVA

4.1 A aquisição dos referidos materiais é motivada pela necessidade de implementar 100% das ações da Portaria nº 1222/2012 – Plano da Rede Cegonha e manter o funcionamento adequado das unidades Básicas de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde, no município de Rio Branco-AC.

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Quant. Mínima	Valor Médio	Valor Médio Global
1	TESTE, dosagem, Beta HCG cromatográfico para determinação quantitativa rápida da Gonadotrofina Coriônica Humana utilizando tiras ou sabonete de reação, que contenham uma combinação de anticorpos monoclonais e policlonais capazes de identificar seletivamente as subunidades Beta do HCG em amostras de urina e/ou soro, sensibilidade até 25mUI/ml, contendo todos os reagentes, componentes,	Unid.	8.000	1.000	R\$	R\$

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação -
SEGATI

Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

acessórios e suplementos necessários a realização da técnica e/ou teste. Embalagem com dados do produto em português, procedência, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.						
TOTAL >>>>>						R\$

6. DA ENTREGA DO MATERIAL

6.1 O local de entrega dos materiais será no Almoxarifado Central da SEMSA, situado à R. Projetada, nº. 70, Abraão Alaab, fundos com a Secretaria Municipal de Saúde;

6.2 Os recebimentos serão realizados de segundas as sextas-feiras das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min salvo os casos de emergência;

6.3 Após contratados, os produtos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do documento de autorização para fornecimento emitido pela SEMSA.

6.4 O prazo a que se refere o subitem 6.3 poderá ser prorrogado a critério da SEMSA, considerando para tanto as hipóteses seguintes:

I - Ato motivado pela Administração que impeça a entrega dos materiais;

II - Caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, que tenha, a critério da Administração, correlação com atraso;

III - Os pedidos de prorrogação só serão recebidos e apreciados se formulados antes de esgotar o prazo inicial fixado para entrega, constante nos termos da proposta.

IV - Na entrega dos materiais, serão conferidos todos os itens, verificando-se especialmente as características de cada item, em acordo com a

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação -
SEGATI

Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

descrição solicitada pelo requisitante, bem como sua qualidade e especificação técnica.

V - Caso os itens solicitados apresentem problemas de qualidade, a Contratada deverá efetuar a substituição do mesmo no prazo de 05 (cinco) dias contados da notificação, independentemente da aplicação de sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da(s) vencedora(s), afora outras não previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, e que por lei couberem:

7.2 Fornecer os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta e somente após o recebimento da ordem do pedido de material, em conformidade com os quantitativos solicitados. Caso o fornecimento não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida no edital.

7.3 Entregar os itens solicitados de acordo com as especificações e condições constantes neste termo e no prazo determinado;

7.4 Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

7.5 Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE;

7.6 Comunicar ao contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas.

7.7 Possuir cadastro de credor junto a Prefeitura Municipal de Rio Branco.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 Obrigações do participantes a serem analisadas durante a abertura do processo licitatório:

V. Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa participante do processo licitatório;



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação -
SEGATI

Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

- VI. Comprovação da Autorização de Funcionamento de Empresa emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) da empresa participante do processo licitatório;
- VII. Comprovação de existência de Responsável Técnico pela Empresa participante do processo licitatório emitida por Conselho de Classe competente;
- VIII. Registro dos materiais na ANVISA, exceto se for dispensado pela ANVISA.
- 8.2 Obrigações do participantes a serem analisadas após a abertura do processo licitatório:
- I. As empresas vencedoras do certame devem apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a abertura do processo licitatório, **amostra do produto licitado**, para validação (análise de qualidade) validação pela Assistência Farmacêutica;
 - II. No mínimo 01 (uma) unidade do item licitado deverá ser entregue para realização da análise técnica;
 - III. No ato da entrega da amostra o fornecedor assinará lauda técnica confirmando a entrega do produto para análise;
 - IV. Em caso de reprovação do produto, será convocado para nova análise o próximo colocado no processo licitatório, até validação do produto licitado;
 - V. Ao próximo colocado ficará resguardado período de 05 (cinco) dias úteis após o ato de convocação para entrega das amostras para análise;
 - VI. Em caso de não apresentação de amostra por parte da empresa ganhadora do processo licitatório, a mesma será automaticamente considerada inapta, com consequente desclassificação;
 - VII. As marcas desclassificadas durante o processo de análise, não serão novamente aceitas, mesmo que sejam entregues por outro fornecedor;
 - VIII. As amostras após análise não serão devolvidas ao fornecedor.





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação -
SEGATI

Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

8.6 Especificações técnicas – O material médico-hospitalar deverá ser entregue em conformidade com as especificações do Edital e nota de empenho: condições de conservação, apresentação, inviolabilidade etc;

8.7 Embalagem – O material médico-hospitalar deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro de produto emitido pela ANVISA, se houver;

8.8 Rotulagens– Os material médico-hospitalar, nacionais ou importados, deve apresentar nos rótulos todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro de acordo com legislação sanitária vigente e nos termos do Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, entre outros;

8.9O Prazo de validade do material médico-hospitalar deverá ser entregue com prazo equivalente a, no **mínimo75% (setenta e cinco por cento) de sua validade**, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o material, possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses;

9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da Contratada às dependências do CONTRATANTE.

9.2- Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado na forma de pagamento deste Termo.

9.3 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

10.PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 - A Vigência da Ata será de 12 (doze) meses e do Contrato será a partir da data de assinatura até o fim do exercício financeiro.

11. FORMA DE PAGAMENTO





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação -
SEGATI

Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

11.1 - O pagamento será efetuado em moeda nacional, até o 30º (trigésimo) dia útil, contados da data de entrega da nota fiscal, após processamento interno por parte SEMSA, mediante apresentação de Nota Fiscal efetivamente atestado pelo Setor competente, devendo no ato de cada pagamento o licitante manter a sua seguridade fiscal de todos os tributos exigidos no Edital de Licitação.

12.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1- As despesas resultantes do fornecimento do objeto desta licitação correrão por conta de dotações orçamentárias a seguir especificadas:

Programa de Trabalho:

2293.0000 – Atendimento Assistencial Básico.

Origem dos Recursos:

01 – Recurso Próprio.

14 – Repasse SUS.

Elemento de Despesa:

33.90.30.00





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação -
SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo I – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Data: ____
A Prefeitura de Rio Branco
Pregão Presencial SRP nº. 000/2019

Proposta que faz a empresa _____
_____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____
e inscrição estadual nº. _____, estabelecida no(a)
_____,
telefones _____, e-mail _____,
para o fornecimento dos itens abaixo relacionados, conforme estabelecido no
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2019.

DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVO.

Item	Objeto	Unid.	Quant. Registro	Valor Unitário R\$	Total Valor R\$
01	TESTE, dosagem, Beta HCG cromatográfico para determinação quantitativa rápida da Gonadotrofina Coriônica Humana utilizando tiras ou sabonete de reação, que contenham uma combinação de anticorpos monoclonais e policlonais capazes de identificar seletivamente as subunidades Beta do HCG em amostras de urina e/ou soro, sensibilidade até 25mUI/ml, contendo todos os reagentes, componentes, acessórios e suplementos necessários a realização da técnica e/ou teste. Embalagem com dados do produto em português, procedência, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unid	8.000		
TOTAL >>>>>				R\$	

Declaro ainda que caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos:

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação -
SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo I – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- a) Declaro ainda que caso os preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.
- b) Declaro efetuar a completa execução dos serviços, contado a partir da data da assinatura do termo de Contrato ou da comunicação emitida pelo CONTRATANTE;
- c) Declaro que concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data final prevista para sua entrega.
- d) Declaro que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Local e data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo III – Declaração de Elaboração Independente de Proposta

Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Decreto Municipal nº 1.828 de 20 de Outubro de 2010, publicado no DOE nº 10.405 de 22 de outubro de 2010.

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO] (doravante denominado [Licitante/Consórcio]), para fins do disposto no item 2.1.1 do Edital Pregão Presencial SRP N° ____/2019, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante/Consórcio], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Presencial N° ____/2019, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Presencial N° ____/2019, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Presencial N° ____/2019 quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Presencial N° ____/2019 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Rio Branco antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA].

Obs.: Caso os representantes legais e/ou procuradores não tenham trazido a declaração acima, poderão firmá-la, conforme modelo, até o momento de abertura dos envelopes de proposta de preços.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

**MINUTA DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2019
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO
BRANCO ATRAVÉS DA _____,
E, DO OUTRO A FIRMA
_____, NA FORMA**

ABAIXO:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº.....
PROCESSO nº.....
PREGÃO PRESENCIAL SRP nº. /2019

VALIDADE: ____ (____) meses

Aos.....dias do mês de.....do ano de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, localizada no _____, _____, – Rio Branco – o (a) Senhor(a) Secretária(o) da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, nos termos da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal Nº 769 de 07/11/2005, Decreto do Municipal nº 717, de 20 de julho de 2015, publicado no DOE nº 11.603, de 23 de julho de 2015, Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 000/2019, publicada no DOE nº. do dia....., RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços dos materiais especificados no Anexo I do Edital de Pregão Presencial SRP nº. /2019, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2. REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Fornecimento parcelado, pelo regime de preço unitário por item, pelo critério de menores preços, nos locais indicados no Anexo I.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de **12 (doze)** meses, contados a partir da sua assinatura, observando o que dispôs o Decreto do Municipal nº 717, de 20 de julho de 2015.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente ata caberá à _____.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. A presente Ata de Registro de Preços Poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Municipal do Estado do Acre, direta e indireta e Empresas Públicas que não tenha participado do certame licitatório, desde que autorizada sua utilização pela(o) _____.

5.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.2.1. A utilização referida neste item só será possível se o consumo da quantia estimada no anexo II do Edital e desta Ata não tiver sido esgotado.

6. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

6.1. Os preços ofertados, especificação e consumo, marca do produto, empresa e representante legal, encontram-se enunciados na presente ata.

7. DO LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. Recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer de acordo com o estabelecido no Edital e Termo de Referência, Anexo I do Edital.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme discriminação do Termo de Referência.

8.2. O adjudicatário deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado e o Fabricante, além de mencionar o número da Licitação.

8.3. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada com 05 (cinco) dias úteis de antecedência para os procedimentos administrativos necessários à efetivação do pagamento. Não sendo aprovada pela Administração, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo;





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.5. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 40, alínea “a”, inciso XIV, da Lei nº 8.666/93, desde que comprovada a responsabilidade da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora serão calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{366} = I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- I. A multa será descontada do valor total do respectivo contrato;
- II. Se o valor da multa for superior ao valor devido à entrega dos produtos, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9. DO CONTRATO

9.1. O contrato de prestação será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

9.2. Aplica-se aos contratos referentes ao objeto decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº. 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

10.1. Cada entrega deverá ser efetuada mediante autorização da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA**, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência do Edital.

10.1.1. Quando do fornecimento dos materiais deverão constar o número dos lotes e do prazo de validade das respectivas notas fiscais de fornecimento, sob pena de responsabilidade, conforme determinações contidas na Recomendação Técnica nº 093/2011 da Controladoria Geral do Município.

10.2. O(s) fornecedor (es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 000/2019, especialmente às especificadas no Anexo I do referido Edital.

10.2.1. Quando da entrega dos itens empenhados, o fornecedor se obriga apresentar, devidamente atualizados, os seguintes documentos:

- a)** Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio da licitante;
- b)** Comprovante de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (CND) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos respectivos encargos instituídos por Lei.

10.3. Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, o CONTRATANTE, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência e na legislação pertinente se obriga a:

11.1.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

11.1.2. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregue, pela Comissão designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência.





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:

12.1.1. Proceder à entrega dos bens, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

12.1.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;

12.1.3. Responder por todos os ônus referentes à entrega dos bens ora contratados, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;

12.1.4. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens entregues, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;

12.1.5. Entregar os bens no local indicado pelo CONTRATANTE;

12.1.6. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

12.1.7. Responsabilizar-se:

I - por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

II - pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

III - não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado multa administrativa no valor de 0,3% (zero vírgula três décimos por cento), por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para o início da entrega do produto, até o limite de 6% (seis por cento), calculado sobre o valor montante do produto em atraso, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e da rescisão contratual, prevista no § 1º do art. 86, da Lei Federal nº. 8.666/93, precedidas de processo administrativo onde seja assegurada a ampla defesa e o contraditório;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de até 2% (dois por cento) do valor do objeto do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (Art. 7º da Lei 10.520/2002);

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso 4º do art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.3. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a multa prevista na letra “b”, nos termos do § 2º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;

13.4. Para aplicação da sanção prevista na letra “d” será facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, nos termos do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;

13.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades estabelecidas no subitem 14.2, porém tal disposição não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º desta Lei Federal nº. 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço;

13.6. Tendo ocorrido à hipótese do item supra, a **Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA** poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado,





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93;

13.7. A Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 78, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 79, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93, além das sanções contidas no Termo de Referência ANEXO I do Edital.

14. DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

14.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

14.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

14.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA** para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela Unidade que emitir a nota de empenho consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

15.2. A Unidade Administrativa deverá criar comissão para recebimento objeto desta licitação com valor superior ao limite estabelecido no art. 23, conforme determinado pelo § 8º do art. 15 do diploma legal mencionado.

15.3. A Unidade Administrativa que emitir a nota de empenho reserva-se o direito de proceder, no prazo de 05 (cinco) dias, à inspeção de qualidade nos serviços e registrá-los, integralmente ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações do objeto licitado.

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A presente ata de registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito:

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

16.1.1. Pela (o) Secretária (o) _____, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

16.1.1.1. A (s) detentora (s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

16.1.1.2. A (s) detentora(s) não retirar (em) a nota de empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

16.1.1.3. A (s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

16.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

16.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

16.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

16.1.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº.8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

16.1.3. a solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a (ao) Secretária (o) _____, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

16.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

16.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

16.2.2. Fica estabelecido que as detentoras da ata deverão comunicar imediatamente à _____ da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros documentos.





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

17. DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

17.1. A aquisição do objeto da presente ata de registro de preços serão autorizadas, caso a caso, pela (o) Senhora (o) Secretária (o) de _____, após manifestação favorável da _____.

18. DAS ALTERAÇÕES

18.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços

19. DA PUBLICIDADE

19.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Integram esta ata, o Edital do Pregão Presencial SRP nº. ____/2019, as propostas com preços, especificação, consumo, por item na ordem classificatória das empresas.

20.2. O (s) caso (s) omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94 e pela Lei Federal 9.648/98, e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

21. FORO

21.1. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente Ata, pelas Partes, na presença das testemunhas abaixo.

Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA

P/ Empresa _____

P/ Empresa _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG: _____

NOME: _____

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 22/2019
Anexo IV-A – Encarte da Proposta de Preços

ANEXO IV-A

ENCARTE I

1) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____ /_(ÓRGÃO EXPEDIDOR) /_(UF)_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	FORMA DE APRESENTAÇÃO (UN, CX, PC, GL, L, TB, ETC)	QUANTIDADE GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
------	---------------	-------	---	-------------------	----------------------	--------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR

2) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____ /_(ÓRGÃO EXPEDIDOR) /_(UF)_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	FORMA DE APRESENTAÇÃO (UN, CX, PC, GL, L, TB, ETC)	QUANTIDADE GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
------	---------------	-------	---	-------------------	----------------------	--------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR

3) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____ /_(ÓRGÃO EXPEDIDOR) /_(UF)_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	FORMA DE APRESENTAÇÃO (UN, CX, PC, GL, L, TB, ETC)	QUANTIDADE GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
------	---------------	-------	---	-------------------	----------------------	--------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo IV-A – Formação de Cadastro de Proposta de Preços

ANEXO IV-A

ENCARTE II - Formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Municipal nº 717/2015.

1) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____/_(ÓRGÃO EXPEDIDOR) /_(UF)_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	FORMA DE APRESENTAÇÃO (UN, CX, PC, GL, L, TB, ETC)	QUANT. GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
------	---------------	-------	--	---------------	----------------------	--------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR

2) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____/_(ÓRGÃO EXPEDIDOR) /_(UF)_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	FORMA DE APRESENTAÇÃO (UN, CX, PC, GL, L, TB, ETC)	QUANT. GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
------	---------------	-------	--	---------------	----------------------	--------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR

3) Empresa: _____; CNPJ nº _____, com sede à _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF nº _____, RG nº _____/_(ÓRGÃO EXPEDIDOR) /_(UF)_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	FORMA DE APRESENTAÇÃO (UN, CX, PC, GL, L, TB, ETC)	QUANT. GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
------	---------------	-------	--	---------------	----------------------	--------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo V- Minuta de Contrato

MINUTA DE CONTRATO DE _____,
QUE FAZEM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO
CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE – SEMSA, E, DO OUTRO, COMO
CONTRATADA, A FIRMA
_____ NA FORMA
ABAIXO:

(PROCESSO Nº 000/2018 – ____/PMRB)
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 000/2019

Aos _____, do mês de _____, do ano dois mil e dezenove, o Município de Rio Branco, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC/MF sob ____, através _____ com sede na Nº. ____, neste Município, neste ato representada por,,, portador(a) da cédula de identidade RG Nº. _____ SSP/___ e inscrito(a) no CIC sob o Nº. _____, domiciliado(a) e residente neste Município, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC/MF sob o Nº. _____ / - e Inscrição Estadual Nº. _____, com sede na Rua _____, Nº., Bairro _____, neste ato representado por seu _____, brasileiro(a), casado(a), _____, portador (a) da cédula de identidade RG Nº. _____ domiciliado (a) e residente na Rua _____, Nº. _____, Bairro _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, decorrente do Pregão Presencial SRP nº. ____/2019, homologado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal Nº 769 de 07/11/2005, Decreto do Municipal nº 717, de 20 de julho de 2015, publicado no DOE nº 11.603, de 23 de julho de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/1993, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente a MINUTA DE CONTRATO o Fornecimento Parcelado de, a **Aquisição de _____** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, conformes especificações contidas no Termo de referência Anexo I do Edital.

§1º Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº ____/20__ e seus anexos, à Ata de Registro de Preços e à proposta vencedora, independente de transcrição.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo V- Minuta de Contrato

§2º Não será admitida à CONTRATADA, na execução do contrato subcontratar os serviços, permanecendo a ela a responsabilidade integral pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondente ao objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados sob a forma de Fornecimento parcelado, pelo regime de preço unitário por item, pelo critério de menores preços, nos locais indicados no Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme regulamentação do Termo de Referência do Pregão de Registro de Preços N° ____/2019 e o valor atribuído individualmente pelo item adquirido será o seguinte:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

§1º - O adjudicatário deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado e o Fabricante, além de mencionar o número da Licitação.

§2º - A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada com 05 (cinco) dias úteis de antecedência para os procedimentos administrativos necessários à efetivação do pagamento. Não sendo aprovada pela Administração, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo;

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

§4º - Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após vencimento da fatura, observado o prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 40, alínea “a”, inciso XIV, da Lei nº 8.666/93, desde que comprovada a responsabilidade da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora serão calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo V- Minuta de Contrato

$$I = \frac{(TX/100)}{365} = I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

§5º - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- I. A multa será descontada do valor total do respectivo contrato;
- II. Se o valor da multa for superior ao valor devido à entrega dos produtos, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

Em conformidade com a legislação vigente e, em especial com o estabelecido de que a periodicidade do reajuste de preço deste contrato será contada a partir da data a que o orçamento se referir ou da data de apresentação da proposta, os preços unitários serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da variação do Índice de Preços ao consumidor – IPC-FIPE elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, e à vista da aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = Po \cdot \left[\frac{IPC}{IPC_0} - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC / IPCo = variação do IPC FIPE – Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

Mês de referência dos preços: _____/_____.



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo V- Minuta de Contrato

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO:

O Registro de Preços terá a vigência de um ano, contados da assinatura da respectiva ata de registro de preços e o Contrato terá vigência ao final do exercício financeiro em que estiver vigente o respectivo crédito orçamentário, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos objeto desta licitação correrão por conta dos recursos consignados no **Programa de Trabalho:** _____, Elemento de Despesa: _____ - Fonte de Recursos – _____.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, o CONTRATANTE se obriga a:

§1º - efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

§2º - realizar rigorosa conferência das características dos bens entregue, pela Comissão designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência.

§3º - **Obrigatoriamente deverão ser promovidas as consultas ao CEIS e CNEP** por ocasião da fase do credenciamento nas licitações, nas situações de dispensa e inexigibilidade licitatória e **quando da celebração de contrato** e pedidos de adesão a Atas de Registro de Preços, devendo ser excluídas do procedimento as pessoas físicas ou jurídicas neles inscritas ou tomadas as necessárias providências para tornar efetivas as vedações determinadas.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:

Quando do fornecimento dos materiais deverão constar o número dos lotes e do prazo de validade das respectivas notas fiscais de fornecimento, sob pena de responsabilidade, conforme determinações contidas na Recomendação Técnica nº 093/2011 da Controladoria Geral do Município.

§1º - proceder à entrega dos bens, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo V- Minuta de Contrato

§2º - manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;

§3º - responder por todos os ônus referentes à entrega dos bens ora contratados, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;

§4º - garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens entregues, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;

§5º - entregar os bens no local indicado pelo CONTRATANTE;

§6º - responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

§7º - responsabilizar-se:

- I. Por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- II. Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.
- III. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

§1º Pelo atraso injustificado na execução do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado multa administrativa no valor de 0,3% (zero vírgula três décimos por cento), por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para o início da entrega do produto, até o limite de 6% (seis por cento), calculado sobre o valor montante do produto em atraso, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital e da rescisão contratual, prevista no § 1º do art. 86, da Lei Federal nº. 8.666/93, precedidas de processo administrativo onde seja assegurada a ampla defesa e o contraditório;





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo V- Minuta de Contrato

§2º Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 2% (dois por cento) do valor do objeto do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (Art. 7º da Lei 10.520/2002);
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso 4º do art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93.

§3º As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a multa prevista na letra “b”, nos termos do § 2º do art. 87 da Lei Federal nº.. 8.666/93;

§4º Para aplicação da sanção prevista na letra “d” será facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, nos termos do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº.. 8.666/93;

§5º A Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 78, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 79, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará à CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, bem como nos casos citados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e de seus aditamentos no DOE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

Jucilene Lopes Pessoa
Pregoeira da CEL / PMRB
Decreto nº 1.347/2018





Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo V- Minuta de Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nos casos omissos neste termo contratual, serão aplicados os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

O foro do presente contrato será o da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, excluído qualquer outro. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo com 4 (quatro) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Rio Branco - AC, ____ de _____ de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1 - _____
CPF/MF Nº. _____

2 - _____
CPF/MF Nº. _____



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo VI – Modelo de Declaração que cumpre os requisitos do Edital

DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DO EDITAL

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº. /2019-_____

(nome da licitante) _____, CNPJ nº. _____
sediada no endereço _____, por
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão
Presencial SRP em epígrafe, **DECLARA** expressamente, sob a penas da lei que
cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

_____, _____ de _____ de 2019.
(Local)

(Assinatura Representante Legal)

Nome: _____
Cédula de Identidade nº. _____
CPF. _____

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo VII – Modelo de Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada em (endereço completo) _____, declara, sob sua exclusiva responsabilidade penal e civil, que nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 139/2011, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. E que está apta para receber o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei, porque na data da abertura da licitação está classificada como:

- () Microempresa-ME – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
() Empresa de Pequeno Porte-EPP - receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Local e data: _____

(assinatura): _____

Nome e CPF do representante legal



Prefeitura Municipal de Rio Branco – Acre
Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação - SEGATI
Coordenadoria de Licitações
Comissão Especial de Licitação – CEL
Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 022/2019
Anexo VIII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e Cumprimento
do XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP n.º /2019-_____

_____ (nome da licitante) _____, CNPJ
nº. _____ sediada

_____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão em epígrafe, **DECLARA** expressamente, sob a penas da lei que:

- a) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- b) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do Inciso V do Artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- c) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____ de _____ de 2019.
(Local)

(Assinatura do responsável)

Nome: _____
Cédula de Identidade nº. _____

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante